



OFICINAS DE PESQUISA E JURISPRUDÊNCIA

2º SEMESTRE - 2024

25
anos

Escola de
Formação
Pública
sbdp

Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

2º semestre de 2024

Informações gerais

Objetivos do programa

A Escola de Formação Pública tem por objetivo formar um conjunto de habilidades e competências dos estudantes em diversas dimensões. No segundo semestre, os objetivos do programa se relacionam, tematicamente, com a construção de uma visão personalizada por cada aluna e aluno a respeito da tomada de decisões pelas autoridades políticas, das relações entre as instituições e de como os órgãos de controle, principalmente o Supremo Tribunal Federal, podem constranger essas decisões. Coletivamente, este período e focará o aprofundamento de interações entre os participantes, com o objetivo de tornar o processo de elaboração da monografia mais dialogado e enriquecer os debates. Individualmente, este período contribuirá para desenvolver habilidades importantes para elaboração de pesquisas jurídicas.

Ao final do semestre, as/os estudantes serão capazes de:

- Entender termos e conceitos básicos relacionados a Controle de constitucionalidade, Diálogo institucional e Processo decisório nos Tribunais Superiores;
- Ler criticamente decisões judiciais e de contas e avaliar a qualidade dos argumentos e do processo decisório do STF, ou de outras Cortes que interpretam o direito público brasileiro;
- Relacionar a atuação do STF e dos órgãos de controle com o desenvolvimento do direito público brasileiro.
- Gerenciar um projeto de pesquisa da concepção, à execução até a apresentação final, atentando-se ao rigor metodológico e ao caráter empírico da pesquisa.

Formas de avaliação

Para que a Coordenação possa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, a Escola de Formação Pública conta com uma série de instrumentos de avaliação e feedback:

Os alunos e alunas são avaliados em três frentes: (i) presença, exigindo-se 80% de presença mínima em cada curso (oficina de pesquisa, oficina de jurisprudência e grupo de estudos de direito administrativo, em cada semestre); (ii) participação nos debates em sala de aula e (iii) produção de iniciação científica/monografia.

O acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes na preparação e participação em aula se dá por meio de conversas individuais com a Coordenação e de tutoria individualizada realizada por um aluno recém egresso da escola. O acompanhamento da produção e entrega da monografia ocorre com programa também individualizado de orientação, momentos de discussão coletiva dos projetos de pesquisa e dos relatórios parciais de pesquisa e em banca de avaliação da monografia no final do ano.

O desempenho de um (a) aluno (a) da Escola de Formação será:

EXCELENTE, e por isso apto à distinção, quando demonstrar:

- Empenho, respeito e frequência nos programas do curso
- Organização nas leituras e na condução da pesquisa
- Relevância nos debates, seja por meio de comentários que explicitam premissas ocultas nas participações dos colegas, seja por meio de sínteses construtivas do que os colegas falaram, seja por meio de observações críticas pertinentes sobre o material de leitura para a aula, seja por meio de correções de rumo ou inserção de novos problemas nos debates;

- Raciocínio crítico referente ao material discutido
- Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente, relevante para o tema pesquisado e que possa ser ponto de partida para novas pesquisas (individuais ou de terceiros);

BOM, quando demonstrar:

- Empenho e frequência nos programas do curso (ex. leituras, participação nas atividades, interação com os colegas e a coordenação);
- Organização nas leituras e na condução da pesquisa (ex. atendimento ao cronograma, condução simultânea dos trabalhos de pesquisa e dos demais programas);
- Empenho em participar dos debates para contribuir com o tema discutido, bastando para isso que traga uma leitura interessante ou o seu ponto de vista sobre a questão;
- Capacidade de identificar os principais problemas trazidos pelo material de preparação prévia e de relacioná-los com outros problemas tratados anteriormente no curso;
- Elaboração de uma monografia que seja metodologicamente consistente.

INSATISFATÓRIO, quando demonstrar:

- Não atendimento dos requisitos mínimos de frequência e horários, não realização das leituras e falta de engajamento nas atividades previstas para o programa;
- Falta de participação nos debates ou participação que se limita a reproduzir sentidos comuns ou opiniões já expressadas anteriormente no debate;
- Desrespeito em relação à opinião dos colegas, à coordenação ou a terceiros.
- Não entrega da monografia no prazo estabelecido ou entrega de monografia incompleta.

Temas e objetivos das aulas

O primeiro conjunto de aulas do segundo semestre tem por objetivo avançar nas discussões metodológicas, aprimorando os instrumentos necessários à pesquisa jurídica. Assim, as oficinas de pesquisa tratam da coleta e análise de dados, para que os alunos consigam produzir uma sólida monografia ao final do semestre.

Somando-se a essas aulas, as oficinas de jurisprudência vão trazer temas relevantes à estruturação jurídica e aos desafios atuais do Brasil. O primeiro bloco é constituído por aulas sobre direito e história, compreendendo como essas duas áreas se influenciam mutuamente.

Em seguida, as aulas tratarão sobre direitos humanos e direitos sociais. As discussões centrarão-se na tutela de direitos pelo STF e cortes inferiores. Como as decisões desse órgão afetam o restante do sistema de justiça? O modelo decisório adotado é adequado para a proteção de minorias? Quais as limitações do STF ao decidir sobre direitos individuais?

Esse bloco será seguido por dois temas centrais ao direito administrativo: o controle externo e a gestão de pessoas no setor público. O objetivo é avaliar o estado atual desses temas, compreendendo sua relação com a gestão pública e com a prestação de serviços públicos. Esse bloco de aulas também tratará de direito regulatório e econômico, estudando suas caracterizações como políticas públicas, suas relações com direitos fundamentais e o papel do Poder Judiciário nesse tópico.

Os temas que encerram o programa refletem discussões transversais realizadas ao longo do ano: federalismo, processo decisório e separação de Poderes. A percepção da complexidade das decisões judiciais e de seus impactos será estimulada por casos complexos que demonstram a multiplicidade de interesses em jogo.

Materiais de leitura

Os materiais se dividem em (i) obrigatórias (ii) complementares e (iii) de formação. O material obrigatório é imprescindível para acompanhar e participar das aulas. Os materiais complementares se referem diretamente à abordagem principal da aula e agregam novas informações ou pontos de vista sobre o mesmo assunto. Por fim, as leituras de formação trazem outras referências no tema, que não estão presentes diretamente na aula, mas podem ser utilizadas para aprofundar ou acessar outras discussões relevantes à temática.

Informações administrativas

Carga horária: 46,7 horas (56,4 horas-aula).

Data de início: 07/08/2024

Data de término: 22/11/2024

Dias da semana: quartas e sextas-feiras (encontros regulares).

Horários: Quarta-feira, das 14h às 15h40; Sexta-feira, das 14h às 15h40.

Presença mínima: 80% das sessões do primeiro semestre e 80% das sessões do segundo semestre de cada uma das atividades que compõem a ESCOLA DE FORMAÇÃO PÚBLICA (oficinas de jurisprudência constitucional, oficinas de pesquisa e metodologia).

Materiais didáticos: os materiais de preparação prévia poderão ser obtidos no site da sbdp (www.sbdp.org.br) ou serão enviados por e-mail.

Dúvidas e comunicação: em caso de dúvidas, problemas, sugestões: ef.sbdp@gmail.com.

Para outras informações, contatar os membros da Coordenação e verificar o **Termo de Compromisso** do curso.

Coordenação acadêmica

Mariana Vilella

Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Contato: marianavilella.mv@gmail.com

Yasser Reis Gabriel

Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Grupo Público da FGV Direito SP/sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados

Manuella Faray

Monitora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduanda em Direito pela Universidade de Presbiteriana Mackenzie (UPM). Aluna da Escola de Formação da sbdp (2023).

Cronograma de aulas

Data	Tema	Professor(a)
07/08 (Q)	Danos ambientais e dever de reparação: o acordo da Braskem em Maceió	Yasser Gabriel
09/08 (S)	Oficina de Pesquisa: Leitura, estruturação de uso de dados (TFD)	Mariana Püschel, Vitor Vilanova e Daniel Lopes
14/08 (Q)	Intervenção na Economia e direito adquirido: Planos Econômicos no STF	Theófilo Miguel de Aquino
16/08 (S)	Tributação dos combustíveis: federalismo tributário e política	Gabriel Kaique Castro de Mello
20/08 (Terça)	Oficina de Pesquisa: como usar o Excel? (Aula extra via Zoom)	Bruno da Cunha de Oliveira
21/08 (Q)	Oficina de Pesquisa: acesso à informação e dados públicos	Carolina Dalla Pacce
23/08 (S)	Autorização de atividades econômicas: o caso do fretamento colaborativo de transportes	Laís Menegon Youssef
28/08 (Q)	Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro	Fillipi Marques Borges
30/08 (S)	Concessão de medicamentos sem aval da Anvisa	Pedro Dionísio
04/09 (Q)	Soluções consensuais no TCU	Jolivê Rocha e Rodolfo Arruda
06/09 (S)	Processo decisório no STF: o uso do Plenário Virtual	Ana Laura Pereira Barbosa
11/09 (Q)	O STF precisa de um código de Processo Constitucional?	Marco Antonio Silva Costa
13/09 (S)	Oficina de Pesquisa: Redação de pesquisa jurídica	Ana Elvira Gebara
18/09 (Q)	Oficina de Pesquisa: a linguagem simples	Maria Luiza Vilella
20/09 (S)	Concessão de serviços públicos municipais: o caso dos cemitérios em São Paulo	Maria Stella Navarro Coimbra

25/09 (Q)	Direito à Creche no Tribunal de Justiça de São Paulo	Aline Costa Apolinário
26/09 (Quinta) Entrega do relatório parcial		
27/09 (S)	Vitrine de Direito Público	
02/10 (Q)	Oficina de Pesquisa: discussão de relatórios parciais	Equipe sbdp
04/10 (S)	Cooperação Digital e fluxo internacional de Dados	Fernanda Mascarenhas e Isabella Pereira de Moura Lima
09/10 (Q)	A criptografia ponta a ponta no whatsapp e sua discussão no STF	João Pedro Favaretto
11/10 (S)	Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google	Laurianne-Marie Schippers
16/10 (Q)	Regulação das redes no processo eleitoral: TSE, STF e o Marco Civil da Internet	Diogo Rais
18/10 (S)	Suspensão de direitos políticos: o Caso Francischini	André Caixeta
23/10 (Q)	STF e o bloqueio de contas do facebook no exterior (caso Allan dos Santos)	Tatiane Guimarães
25/10 (S)	A Lei de Segurança Nacional e sua aplicação na democracia	Victoria Volpini Ferreira Zago
30/10 (Q)	Direitos humanos e controle do Poder Judiciário: o Caso Carandiru	Diogo José da Conceição
01/11 (S)	Controle de constitucionalidade do sistema carcerário brasileiro: o conceito de estado de coisas inconstitucional	Adriano Ferreira
06/11 (Q)	Operações policiais em comunidades: um estudo da ADPF 635	Natália Santana dos Santos
08/11 (S)	Open Day: tema a definir	
13/11 (Q)	Conversa com atores: carreira acadêmica e advocacia	

15/11 (S) Feriado

20/11 (Q) Feriado

21/11
(Quinta-feira) Entrega das monografias

22/11 (S) Encontro de encerramento

Yasser Gabriel e
Manuella Faray

28/11 a 05/12 Bancas de avaliação das monografias

10/12 a 12/12 Viagem a Brasília

Leituras e materiais didáticos

Danos ambientais e dever de reparação: o acordo da Braskem em Maceió

Preparação básica (obrigatória):

- Termo de Acordo Município de Maceió e a Braskem
- ADPF 1105
Relatório Min. Cármen Lúcia
- Representação TCU
Senador da República José Renan Calheiros

Oficina de Pesquisa: Leitura, estruturação de uso de dados (TFD)

Preparação básica (obrigatória):

- CAPP, Ricardo. "A 'teorização fundamentada nos dados': um método possível na pesquisa empírica em Direito". In: MACHADO, Maíra Rocha (org). *Pesquisar empiricamente o direito*. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 391-422

Intervenção na Economia e direito adquirido: Planos Econômicos no STF

Preparação básica (obrigatória):

- ADPF 165
Petição inicial (p. 1-62 e 86-96)
Manifestação da PGR
- LAZZARINI, Marilena; MOURA, Walter José Faiad de. *Segurança jurídica aos poupadores*. IDEC, 2013, disponível em: <https://bityli.com/oqq4c>
- LEAL, Fernando. *Os impactos dos planos econômicos e a encruzilhada do Supremo*. Portal Jota, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/67xkf>

Preparação complementar:

- ADPF 165
Manifestação do Banco Central
- Podcast O Assunto, G1. Ep. "Real, 30 anos: como o plano transformou o Brasil." Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0VEAoeDRXFknXR3978hUwe?si=4CWW9eFdQy28ApNIqUGWGA&nd=1&dlsi=eaa69d90ed83495a>.
- Podcast O Último Plano. Ep. "O Reino do Caos". Spotify. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6gW3T6xjs7n9AqWvrCQtzs?si=gzACWtBxR06YiyyyLLVdgdw&nd=1&dlsi=ba3f5a09466e4af4>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Leitura de formação:

- VILELLA, Mariana. Direito Adquirido, Inflação e Moeda: como decide o STF nos conflitos relativos ao Plano Econômico Collor I? – Sociedade Brasileira de Direito Público, 2010. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/direito-adquirido-inflacao-e-moeda-como-decide-o-stf-nos-conflitos-r-elativos-ao-plano-economico-collor-i/>

Tributação dos combustíveis: federalismo tributário e política

Preparação básica (obrigatória):

- Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022 (Define a forma de incidência do ICMS sobre combustíveis): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp192.htm
- Lei Complementar nº 194, 23 de junho de 2022 (Altera o CTN e a Lei Kandir): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp194.htm
- ADPF 984
Decisão Min. Gilmar Mendes

Oficina de Pesquisa: acesso à informação e dados públicos

Preparação básica (obrigatória):

Sem leitura prévia.

Oficina de Pesquisa: como usar o Excel? (Aula extra via Zoom)

Preparação básica (obrigatória):

Sem leitura prévia.

Observações: a presença é optativa e a aula não será gravada.

Autorização de atividades econômicas: o caso do fretamento colaborativo de transportes

Preparação básica (obrigatória):

- Notícia
Portal STF. ADPF questiona permissão para aplicativo de fretamento de ônibus. De 03.04.2019.
Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=407658&ori=1>>.
- ADPF 574
Decisão monocrática - Min. Rel. Edson Fachin (17.12.2019)
Manifestação da PGR (2019)
Pedido de desistência da Abrati (15.04.2021)

Preparação complementar:

- MONTEIRO, Vera. ADPF 574 e as startups de transporte coletivo de passageiros. Portal JOTA, 07//05/2019. Disponível em: <<https://www.jota.info/coberturas-especiais/inova-e-acao/adpf-574-e-as-startups-de-transporte-coletivo-de-passageiros-07052019>>.
- Migalhas. Abrati desiste de processo contra a Buser no STF. 22/04/2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/344223/abrati-desiste-de-processo-contra-a-buser-no-stf>>.

Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro

Preparação básica (obrigatória):

- ADI 4874/DF
Ementa, acórdão e extrato de ata (p. 1-5 e 214-215)
Voto e Relatório Min. Carmen Lucia (p. 189-204)
Voto Min. Edson Fachin (p. 112-130)
Voto Min. Alexandre de Moraes (p. 98-108)
Debates (p. 205-213)

Preparação complementar:

- ADI 4874/DF
Relatório e voto Min. Rosa Weber (7-108)

Concessão de medicamentos sem aval da Anvisa

Preparação básica (obrigatória):

- RE 657718/MG
Manifestação AGU (p. 1-15)
Decisão Monocrática Min. Marco Aurélio deferindo a tutela antecipada
Voto do Min. Luís Roberto Barroso
Certidão de Julgamento com a tese reconhecida
- ADI 5501/DF
Voto Min. Marco Aurélio
Voto Min. Luís Roberto Barroso
- Lei 14.313/2022: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14313.htm
- DIONISIO, Pedro. Coronavírus e atraso farmacêutico: fast-track regulatório e ponderação de riscos em tempos de pandemia. JOTA, Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/reg/coronavirus-e-atraso-farmaceutico-24032020>.

Preparação complementar:

- RE 566471/RN
Relatório
Voto Min. Relator Marco Aurélio
O Estado não é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo não registrados na lista do SUS.

Soluções consensuais no TCU

Preparação básica (obrigatória):

- Acórdão 1.593
 - Leitura da p. 102 a 104
- JORDÃO, Eduardo. Administração dialógica ou amedrontada? JOTA. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/administracao-dialogica-ou-amedrontada-22052019?non-beta=1>>.
- BRAGA, André. O “conforto espiritual” do TCU. JOTA. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/o-conforto-espiritual-do-tcu-17042019>>.
- Desafios do TCU na chancela a soluções consensuais disruptivas. JOTA. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/desafios-do-tcu-na-chancela-a-solucoes-consensuais-disruptivas-02052024>>.
- CARVALHO, Mariana; DAMASCENO, Vitória. Soluções consensuais: o papel do TCU na definição do que deve ser negociado. JOTA. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/solucoes-consensuais-o-papel-do-tcu-na-definicao-do-que-deve-ser-negociado-15052024>>.
- GABRIEL, Yasser. A “solução consensual” seria a nova “consulta” ao TCU? JOTA. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/a-solucao-consensual-seria-a-nova-consulta-ao-tcu-12062024>>.

Processo decisório no STF: o uso do Plenário Virtual

Preparação básica (obrigatória):

- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Relatório de atividades 2020*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.stf.jus.br/xmlui/handle/123456789/2779?show=full>> (p. 27, 28, 40 a 43).
- BARBOSA, Ana Laura Pereira. *Decidindo (não) decidir: Instrumentos de influência individual na definição da agenda e do tempo dos julgamentos no STF*. Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2020 (trecho do capítulo 1).
- Resolução 642 do STF.
- BARBOSA, Ana Laura Pereira, ESTEVES, Luis Fernandes Gomes. *Quem controla a agenda do Supremo?*. Portal Jota, 2020. Disponível em: <https://bitly.com/zFXy4>

Preparação complementar:

- GOMES, Juliana Cesario Alvim. *Opacidade do plenário virtual, Zika e censura nas escolas: obstáculo ou estratégia?* Portal Jota, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/supra/opacidade-plenario-virtual-zika-censura-escolas-12052020>

- POMPEU, Ana. *Marco Aurélio pede a Fux para manter votos já dados por ele no plenário virtual*. Portal Jota, 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/marco-aurelio-pede-a-fux-para-manter-votos-ja-dados-por-ele-no-plenario-virtual-07072021>

Leitura de formação:

- BARBOSA, Ana Laura Pereira. *As Estratégias na Definição da Pauta de Julgamento: um olhar sobre o perfil da Corte Gilmar Mendes*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2015. Disponível em: <http://www.sbdp.org.br/publication/as-estrategias-na-definicao-da-pauta-de-julgamento-um-olhar-sobre-o-perfil-da-corte-gilmar-mendes/>

O STF precisa de um código de Processo Constitucional?

Preparação básica (obrigatória):

- A confirmar

Oficina de Pesquisa: Redação de pesquisa jurídica

Preparação básica (obrigatória):

Sem leitura prévia

Oficina de Pesquisa: a linguagem simples

Preparação básica (obrigatória):

Sem leitura prévia

Concessão de serviços públicos municipais: o caso dos cemitérios em São Paulo

Preparação básica (obrigatória):

- Lei Municipal n.º 17.180/2019
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17180-de-25-de-setembro-de-2019>
- Lei Municipal n.º 17.433/2020
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17433-de-29-de-julho-de-2020>
- Decreto Municipal n.º 61.989/2022
<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-61989-de-18-de-novembro-de-2022>

Preparação complementar:

- FAJARDO, Gabriel Ribeiro. *Agências reguladoras como poder concedente nos contratos de concessão*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/50982>

Direito à Creche no Tribunal de Justiça de São Paulo

Preparação básica (obrigatória):

- Agravamento Regimento nº 0018645-21.2010.8.26.0003/50000. Acórdão

Preparação complementar:

- CORRÊA, Luiza Andrade. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 5. Disponível em: <<http://bit.ly/2uOcFez>>.
- PASSOS, Júlia Adib. *A Judicialização da Política Pública de Educação Infantil no Município de São Paulo: Um Estudo de Caso sobre as Decisões GTIEI*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2016. Disponível em: <<https://sbdp.org.br/publication/a-judicializacao-da-politica-publica-de-educacao-infantil-no-municipio-de-sao-paulo-um-estudo-de-caso-sobre-as-decisoes-gtiei/>>.

Leitura de formação:

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO. *Controle de Constitucionalidade dos Atos do Poder Executivo*. Brasília: Ministério da Justiça, 2010 (Série Pensando o Direito, no 30). Disponível em: <<http://bit.ly/2tUuNpC>>.
- CORRÊA, Luiza Andrade. *A judicialização da política pública de educação infantil no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 2. Disponível em: <<http://bit.ly/2uOcFez>>.
- VASCONCELOS, Natália Pires de. *Judiciário e Orçamento Público: Considerações sobre o impacto orçamentário de decisões judiciais*. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2014, cap. 1, 2 e 3.

Vitrine de Direito Público

Preparação básica (obrigatória):

- A Vitrine é um encontro de pesquisa reunindo todos os programas da FGV Direito SP para debater pesquisas em andamento. Os selecionados podem apresentar a sua pesquisa em uma mesa temática de discussão reunindo outros pesquisadores, professores e profissionais. Com base nesta apresentação e no trecho da pesquisa em curso previamente disponibilizado, os participantes recebem relevantes subsídios para o desenvolvimento de suas pesquisas e conhecem potenciais parceiros de pesquisa.

Oficina de Pesquisa: discussão de relatórios parciais

Preparação básica (obrigatória):

- Leitura dos relatórios parciais dos respectivos grupos.

Cooperação Digital e fluxo de Dados

Preparação básica (obrigatória)

- ADC 51
Rel. Min. Gilmar Mendes p. 1-11
Min. Nunes Marques p. 62-79
Min. André Mendonça 174-182

Preparação complementar:

- ADC 51
Conversas 80 à 85
Conversas 91 à 118
- LIMA, Isabella. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO STF: Os crimes, a soberania nacional e a transferência internacional de dados à luz da ADC 51. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/cooperacao-juridica-internacional-no-stf-os-crimes-a-soberania-nacional-e-a-transferencia-internacional-de-dados-a-luz-da-adc-51/>>.
 - Introdução (p. 8 à 10)
 - O Caso da ADC 51 (p. 20 à 29)
 - Conclusão (p. 85 à 97)
- AFONSO, Carlos. Posfácio: A estrutura brasileira de governança da Internet. In: KURBALIJA, Jovan. Uma introdução à Governança da Internet. Cadernos CGI.br, 2016, p. 228-239. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/CadernoCGIbr_Uma_Introducao_a_Governanca_da_Internet.pdf.

A criptografia ponta a ponta no whatsapp e sua discussão no STF

Preparação básica (obrigatória)

- ADPF 403
Voto Min. Fachin
- ADI 5.527
Voto Min. Rosa Weber

Leitura Complementar:

- LIGUORI FILHO, Carlos Augusto. O Zap e a Toga: Mapeamento do debate sobre bloqueio de aplicativos e criptografia no STF. Jota, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/TSxVkW>.

Leitura de Formação:

- LIGUORI FILHO, C. A.; SALVADOR, J. P. F. Crypto wars e bloqueio de aplicativos: o debate sobre regulação jurídica da criptografia nos Estados Unidos e no Brasil. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, v. 63, p. 135, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/59422>
- Passado, presente e futuro da criptografia forte: desenvolvimento tecnológico e regulação ABREU, Jacqueline de Souza. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, 2017, p. 25-42. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/4869/3658>

Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google

Preparação básica (obrigatória)

- Recurso em Mandado de Segurança STJ nº 60.698
Rel. Min. Rogerio Schietti

Leitura Complementar:

- MADRUGA, Antenor; FELDENS, Luciano. Dados eletrônicos e cooperação internacional: limites jurisdicionais. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional. 2. ed., rev. e atual. Brasília: MPF, 2016 p. 49-69. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/publicacoes/docs/16_004_temas_cooperacao_internacional_versao_2_online.pdf.

Regulação das redes no processo eleitoral: TSE, STF e o Marco Civil da Internet

Preparação básica (obrigatória)

- RE 1.037.396
Inteiro Teor
- Resolução 23.732 do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-732-de-27-de-fevereiro-de-2024>
- Artigo 19 da Lei 12965/14. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm

Leitura Complementar:

- MORAES, HELIO. Para regular a IA, TSE revoga o Marco Civil por resolução - Migalhas. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/403544/para-regular-a-ia-tse-revoga-o-marco-civil-por-resolucao>.

Suspensão de direitos políticos: o Caso Francischini

Preparação básica (obrigatória):

- Artigo 15 da Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Artigo 22 da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei das inelegibilidades). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm.
- Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Ordinário nº 0603975-98.
Voto Min. Rel. Luis Felipe Salomão
Voto-vista Min. Carlos Horbach

- BARRETO, Marina Shlessarenko; SALES, Fernando Romani Sales. E agora, inelegível?. Revista Quatro cinco um. 2023. Disponível em:
<<https://www.quatrocincoum.com.br/br/artigos/laut/e-agora-inelegivel>>.

Preparação complementar:

- SCHROEDER, Lucas. Collor renunciou para escapar da inelegibilidade em 1992, mas não conseguiu; entenda. CNN Brasil, 20/06/2023. Disponível em:
<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/collor-renunciou-para-escapar-da-inelegibilidade-em-1992-mas-nao-conseguiu-entenda/>>.
- Mereles, Carla. Por que direitos políticos da ex-presidente Dilma não foram suspensos?. Politize!, 01/09/2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ex-presidente-dilma-direitos-politicos/>>.

STF e o bloqueio de contas do facebook no exterior (caso Allan dos Santos)

Preparação básica (obrigatória):

- Petição 9919/DF
Min. Alexandre de Moraes
PGR
PF
- Petição 9.935/DF
Min. Alexandre de Moraes
- Ministro Alexandre de Moraes acolhe pedido da PF e determina prisão de Allan dos Santos. Supremo Tribunal Federal. Disponível em:
<<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=475200&ori=1>>

Preparação complementar:

- INTERNET SOCIETY. Internet Society – Perspectivas sobre o bloqueio de conteúdo na Internet: visão geral. Mar. 2017. Disponível em:
https://www.internetsociety.org/wp-content/uploads/2017/03/ContentBlockingOverview_PT_.pdf.

A Lei de Segurança Nacional e sua aplicação na democracia

Preparação básica (obrigatória)

- ADPF 697
Voto Min. Rel. Cármen Lúcia
- COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional - O Poder Militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1978. Trechos.
- Manifesto revogação LSN
- Pet 9100/DF
- RC 1446/PE
- Relatório Laut

Preparação complementar:

- KIRSZTAJN, Laura Mastroianni. A Lei de Segurança Nacional no STF: como uma lei da ditadura vive na democracia?. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/a-lei-de-seguranca-nacional-no-stf-como-uma-lei-da-ditadura-vive-na-democracia/>>. p. 8-20
- ZAGO, Victoria Volpini Ferreira. Liberdade de Expressão e Lei de Segurança Nacional: como se dá a criminalização de manifestações de pensamento no STF?. Acesso em: 24/07/2022. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/liberdade-de-expressao-e-lei-de-seguranca-nacional-como-se-da-a-criminalizacao-de-manifestacoes-de-pensamento-no-stf/>>. p. 49 -74

Direitos humanos e controle do Poder Judiciário: o Caso Carandiru

Preparação básica (obrigatória):

- Reclamação Disciplinar 0005774-79.2016.2.00.0000 no CNJ. Reclamação. Disponível em: <http://bit.ly/2tKQmox>
- Apelações nos 0338975- 60.1996.8.26.0001 e 0007473-49.2014.8.26.0001. Voto do Relator. Disponível em: <http://bit.ly/2w7A2ip>

Preparação complementar:

- CONSULTOR JURÍDICO. *TJ-SP anula julgamentos dos 73 policiais condenados por Massacre do Carandiru*. Revista Consultor Jurídico, 27/09/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2vROTQN>
- MACHADO, Máira Rocha; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis (coords.). *Carandiru não é coisa do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o Massacre*. São Paulo: FGV Direito SP, 2015 – parte 01 (p. 41-99). Disponível em: <http://bit.ly/2v7OFVJ>

Leitura de formação:

Para saber mais sobre o caso Carandiru:

- FERREIRA, Luisa M. A.; MACHADO, Marta R. de A.; MACHADO, Máira Rocha. *Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização*. Novos estudos -CEBRAP, São Paulo, n. 94, p. 05-29, Nov. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2tR2g4E>

Para saber mais sobre o poder do Conselho Nacional de Justiça:

- FRANCO, Ivan Candido da Silva. *Como são julgados os juízes? Uma análise do controle disciplinar do Conselho Nacional de Justiça (2005-2013)*. Dissertação (mestrado) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2tR0OyW>
- MOREIRA, Diogo Rais Rodrigues. *Atuação do Conselho Nacional de Justiça e independência jurisdicional: interfaces e interferências*. Tese (doutorado) – PUC- SP. 2015. Disponível em: <https://bityli.com/LvNux>
- TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROBL FILHO, Ilton Norberto. *Accountability e independência judicial: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)*. Revista de Sociologia e Política, v. 21, n. 45, p.29-46, mar. 2013. Disponível em: <https://bityli.com/NQLKz>

Controle de constitucionalidade do sistema carcerário brasileiro: o conceito de estado de coisas inconstitucional

Preparação básica (obrigatória):

- ADFP 347
Relatório

Preparação complementar:

- ADFP 347
Voto Min. Rel. Marco Aurélio
Voto Min. Luís Roberto Barroso
- TAVARES, Juan Andrew Diniz Comamala. Repercussões do Estado de Coisas Inconstitucional nos Habeas Corpus Julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/repercussoes-do-estado-de-coisas-inconstitucional-nos-habeas-cop-us-julgados-pelo-supremo-tribunal-federal/>>.
- MARIZ, Leonardo Cleston de Souza. O Estado de Coisas Inconstitucional reconhecido sobre o sistema carcerário sob a ótica do Tribunal de Justiça de São Paulo. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/o-estado-de-coisas-inconstitucional-reconhecido-sobre-o-sistema-carcerario-sob-a-otica-do-tribunal-de-justica-de-sao-paulo/>>

Operações policiais em comunidades: um estudo da ADFP 635

Preparação básica (obrigatória):

- ADFP-MC-REF 635/DF
Inteiro teor do acórdão (p. 1-66)
Manifestação PGR (p. 12-64)

Preparação complementar

- ADFP-MC 635/DF
Voto Min. Relator Edson Fachin (p. 30-126)

Leitura de formação:

- SILVEIRA, Larissa Pereira. *A SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: Um Estudo de Caso da ADFP 635*. Sociedade Brasileira de Direito Público – 2020. Disponível em: <<https://sbdp.org.br/publication/a-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro-no-supremo-tribunal-federal-um-estudo-de-caso-da-adpf-635/>>.
- MOREIRA, Adilson. *Tratado de Direito Antidiscriminatório*. Introdução.

Conversa com atores: carreira acadêmica e advocacia

Preparação básica (obrigatória):

- As aulas “Conversa com Atores” se baseiam na interação entre os estudantes e uma pessoa que atua na prática do tema da aula. A preparação prévia consistirá em:
Pesquisa do currículo do (a) convidado (a);
Formulação de perguntas sobre o tema da aula que possam ser feitas ao convidado ou à convidada.
-